

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI-SP**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2023**

**EDITAL: 174/2023**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução da obra de reforma das instalações elétricas e SPDA (Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas) nos Centros de Educação Infantil, Escolas Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais da Rede Municipal de Educação de Birigui, com fornecimento parcial de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos fornecidos pela empresa Bioma Engenharia e Planejamento Ltda. e Secretaria de Serviços Públicos.

A Empresa **MILECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, sediada na Rua João Bernardo, nº 100, Sítio Santa Luzia, Residencial Anita Tiezzi, Presidente Prudente - SP, Cep: 19.051-190, inscrita no CNPJ: 10.731.251/0001-08, neste ato representada por seu procurador, com fulcro No artigo 109 da Lei 8.666/93, à presença de Vossa Senhoria, apresentar as **CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO** em face dos Recursos interpostos pelas empresas HOPE SERVICE LTDA e MAM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, em face da Inabilitação das mesmas, demonstrando os motivos da acertada decisão dessa comissão, pelas razões a seguir articuladas:

#### **I - DA TEMPESTIVIDADE.**

Inicialmente, cumpre destacar, o art. 109, I, §3º da Lei 8.666/93 (Lei Geral de Licitações, ainda vigente) que dispõe:

*Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:*

*a) habilitação ou inabilitação do licitante;*

*b) julgamento das propostas; [...]*

**§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;**

Após comunicado publicado em 01/11/2023 informando que as empresas inabilitadas deste certame, apresentaram suas razões de Recurso, tendo como derradeiro o prazo para apresentação de Contrarrazões de Recurso em 09/10/2023.

## **DOS FATOS.**

Acudindo ao chamamento do edital da CONCORRÊNCIA 06/2023, dele vieram participar 06 empresas.

Sendo que foram inabilitadas em acertada decisão dessa D. Comissão as seguintes empresas MAM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, HOPE SERVICE LTDA, e R3 ENGENHARIA E PROJETOS LTDA, pelos motivos a seguir expostos:

1 – MAM - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA : por não cumprir integralmente a exigência do item: 11.1.4, letra a.1.4, o qual seja: *a.1.4) Por cópia reprográfica das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, registrados na Junta Comercial ou outro órgão equivalente;*

2 - R3 ENGENHARIA E PROJETOS LTDA: por não cumprir integralmente a exigência do Item 11.1.3, letra b.2 do edital, o qual seja: *b.2) Apresentação de no mínimo 01 (um) acervo técnico emitido pelo Conselho Profissional CREA – Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia, ou no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou no CRT – Conselho Regional dos Técnicos Industriais ao profissional indicado para a prestação dos serviços, nos termos da Súmula nº 23 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cuja(s) parcela(s) de maior relevância é(são): EXECUÇÃO DE OBRA EM BAIXA TENSÃO COM INSTALAÇÃO DE SPDA.*



3 - HOPE SERVICE LTDA: por não cumprir integralmente a exigência do item 11.1.3, letra b.1 do edital: *b.1) Capacidade Técnico-profissional: comprovação da licitante de possuir profissional com vínculo mediante contrato social, registro na carteira social, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível ainda a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos termos da súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e que detenha pelo menos 01 (um) atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço similar ao objeto do presente edital.*

Tal decisão, que acertadamente foi proferida por essa D. Comissão deve ser mantida, não devendo prosperar portanto os recursos interpostos pelas empresas, MAM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA e HOPE SERVICE LTDA.

Passemos à análise do Recursos interpostos:

#### **DO RECURSO DA MAN INTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.**

A empresa Recorrente, em suas razões de recurso tenta de maneira confusa argumentar que essa D. Comissão agiu e com excesso de rigor ao inabilitá-la, sendo certo que a empresa juntou documentação comprobatória de sua qualificação econômica – financeira, em total desacordo com o estatui a lei de licitações e o presente edital, senão vejamos:

O edital em seu item 11.1.4 alínea “a” diz o seguinte:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, **nos termos da legislação vigente, apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;*

Ou seja, o edital de maneira bem clara exige que as empresas apresentem a comprovação de qualificação econômico-financeira exigidas na forma de lei, sendo que somente assim tal documento terá validade jurídica.

Sendo essencial, para fins de habilitação em qualquer certame licitatório, que as demonstrações contábeis sejam apresentadas na **forma de lei**, o edital traz tal exigência no item:

a.1.4) Por cópia reprográfica das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, registrados na Junta Comercial ou outro órgão equivalente;

Essa D. Comissão em estrita observância aos ditames legais que regem as licitações públicas, principalmente aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia, previstos na Constituição Federal e lei 8.666/93, decidiu com acerto pela inabilitação da r. empresa.

O edital estabeleceu dentre os requisitos de habilitação a comprovação da qualificação econômico-financeira, em observância ao princípio da legalidade, por meio da apresentação de balanço patrimonial exigível e apresentado na forma da lei.

Entende-se por apresentados na forma da Lei o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis que forem assim apresentados:

- I. publicados em Diário Oficial; ou
- II. publicados em Jornal; ou
- III. por cópia ou fotocópia **registrada ou autenticada na Junta Comercial** da sede ou domicílio do licitante ou no órgão de registro equivalente; ou
- IV. **por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, registrados na Junta Comercial ou outro órgão equivalente;**



Um balanço patrimonial autêntico na forma da lei observa o cumprimento de formalidades nela prevista. Ocorre, todavia que a empresa **MAN INTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS** não apresentou as demonstrações contábeis conforme a legislação exige.

De acordo com a Lei 8666/93, a Administração Pública pode exigir o balanço patrimonial em licitações objetivando comprovar a capacidade financeira da empresa. Essa capacidade é denominada “qualificação econômico-financeira”, descrita na referida Lei. Leia abaixo o trecho:

“Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e **apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; (...).”

Para que o balanço da empresa seja reconhecido na forma da lei é necessário o cumprimento das formalidades:

- a) **Indicação do número das páginas e número do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo;**
- b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente);
- c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

Diante dos fatos apresentados, não resta dúvida que essa Comissão agiu em total acerto ao inabilitar a empresa **MAN INTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS**, pois a documentação apresentada não atende a legislação e tampouco o edital.

## **DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA HOPE SERVICE**

A empresa Recorrente, em suas razões de recurso tenta argumentar que essa D. Comissão agiu e com excesso de rigor e formalismo ao inabilitá-la, sendo certo que a empresa não juntou documentação comprobatória pertinente à sua qualificação técnica, em total desacordo com o que estatui o presente edital, senão vejamos:

O edital em seu ITEM 11.1.3, alínea b.1, traz o seguinte:

*b.1) Capacidade Técnico-profissional: comprovação da licitante de possuir profissional com vínculo mediante contrato social, registro na carteira social, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível ainda a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos termos da súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e que detenha pelo menos 01 (um) atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço similar ao objeto do presente edital.*

*A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste. Acórdão 1.446/2015 — TCU — Plenário.*

Pois bem, a Recorrente deixou de comprovar o vínculo profissional existente entre a empresa e o responsável técnico, não cumprindo dessa forma o que estatui o edital.





Tenta em seu recurso, de maneira confusa comprovar o vínculo existente entre a empresa e o responsável técnico através da CAT e do Certificado de Registro da empresa no CREASP.

Pois bem, tais documentos não são suficientes para comprovar o vínculo existente, haja vista não comprovarem o vínculo necessário **válido** para figura como responsável técnico.

A CAT, muito embora tenha sido emitida em nome do Responsável técnico, não se mostra suficiente para demonstrar **atual** vínculo existente entre a empresa e seu responsável Técnico, visto que o contrato de prestação de serviços, ou contrato de prestação de serviços poderia estar com o prazo expirado.

O mesmo entendimento se aplica ao Registro da empresa no CREA SP, se tal documento fosse suficiente para comprovar o vínculo, não haveria necessidade de se apresentar o contrato social, registro na carteira social, ficha de empregado ou contrato de trabalho, **válidos**, conforme determinado no edital.

Ainda em sede de recurso, a empresa HOPE SERVICCE, tenta em momento inoportuno apresentar a documentação que deveria ter sido apresentada na documentação de inabilitação.

Evidentemente, que tal documentação não deve ser apresentada nesse momento visto que feriria frontalmente os princípios da vinculação ao edital, da legalidade e da isonomia, já que todos os outros demais licitantes apresentaram no envelope de habilitação.

Por certo, as razões de recurso apresentadas pela empresa HOPE SERVICCE, não devem prosperar, devendo, portanto, ser mantida a decisão que a Inabilitou.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE DOCUMENTO NOVO.**

Sabe-se que a lei de licitações deve ser cumprida à risca sem margens para grandes interpretações.

Sabe-se ainda, que a própria lei veda a inclusão de qualquer documento que deveria constar no envelope de habilitação.



Vejamos o que diz a lei 8666/93 em seu artigo 43 § 3º:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento** ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

A letra da lei é clara ao vedar a inclusão de qualquer documento posterior a sessão de habilitação.

No presente caso as duas empresas recorrentes entendem que deveriam ter sido habilitadas mesmo com seus documentos de habilitação restarem incompletos.

A douta comissão atuou de maneira correta ao inabilitar as empresas, uma vez que as empresas Recorrentes não cumpriram as exigências editalícias no prazo legal, qual seja, até a data da sessão de abertura de envelopes.

Diante de tal fato, caso a comissão aceite documentação nova que deveria ter sido apresentada em sessão, estaria ferindo os princípios basilares da licitação como legalidade, por não respeitar a lei, isonomia, por dar tratamento diferente para as empresas licitantes, vinculação do instrumento convocatório, por não respeitar as regras que ela mesma impôs, dentre outros vários princípios.

Por fim, a decisão de inabilitação das empresas deve ser mantida, para que se preze pela lisura e transparência do procedimento licitatório em questão.

## **DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM AS LICITAÇÕES PÚBLICAS**

### **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**

Esse princípio significa que a Administração deve agir sempre dentro do que a lei permite.



Significa dizer que o próprio poder público está sujeito aos mandamentos da lei. Apenas pode fazer o que é autorizado e não pode fazer o que a lei proíbe. Sob pena de invalidar seus atos.

A licitação constitui em um procedimento vinculado a lei, isto é, todas as fases do procedimento licitatório estão rigorosamente disciplinadas legalmente. O descumprimento de qualquer formalidade legal ou regulamentar eiva em nulidade o procedimento. Nos procedimentos de licitação, esse princípio vincula os licitantes e a Administração Pública às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor.

Assim, por exemplo, conforme o artigo 41, §1º, da Lei 8.666/93, se o edital não estiver em conformidade com a lei supracitada, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade, desde que protocole o pedido cinco dias antes da abertura dos envelopes.

Ressaltamos que a própria lei das licitações, Lei 8.666/93 preconiza a obrigação de seguir o que a lei determina. Vejamos:

*Art. 4º Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.*

Dentre os doutrinadores podemos fazer menção a MARÇAL JUSTEN FILHO:

*O administrador está vinculado à determinação legal, dela não podendo se afastar. “A lei ressalva a liberdade para a Administração definir as condições da contratação administrativa. Mas, simultaneamente, estrutura o procedimento licitatório de modo a restringir a discricionariedade a determinadas fases ou momentos específicos”*

Como fora observado durante a sessão, a documentação apresentada pelas empresas Recorrentes, estão em desacordo com a determinação legal e editalícia.

## **PRINCÍPIO DA VINCULÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.**

A vinculação ao instrumento convocatório está disposta como princípio no art. 3º, caput, da Lei de Licitações e, também consta na redação do art. 41 da mesma Lei, que estipula:

*“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.” (BRASIL, 1993).*

O instrumento convocatório, edital ou carta-convite, representa um roteiro para os procedimentos que acontecerão durante a licitação, bem como serve de referência para o futuro contrato. Como já visto, o instrumento convocatório é a “lei interna” das licitações, **que determina como deve ser a atuação da Administração e dos licitantes no que refere-se ao certame** (FURTADO, 2007).

Esse princípio vincula a Administração a cumprir o que foi estipulado no instrumento convocatório, sob pena de ser declarada a nulidade da licitação. Assim como, estabelece que os licitantes deverão observar os requisitos do instrumento convocatório, caso contrário, serão inabilitados ou desclassificados, a depender do momento. Como anuncia o TCU **“nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.” (BRASIL, 2010).**

Neste liame, Di Pietro (2015) explica que:

*Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser*

*prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. (DI PIETRO, 2015, p. 422).*

A inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, por conseguinte, pode ensejar na violação de outros princípios elementares da licitação, como por exemplo, o princípio da impessoalidade, da igualdade, da livre concorrência, do julgamento objetivo, da legalidade, dentre outros que são requisitos de validade para o processo licitatório.

Neste diapasão, é devido a tal princípio que os instrumentos convocatórios devem ser obrigatoriamente observados, seja pelos licitantes, seja pela Administração Pública. A inobservância do que consta no instrumento convocatório gera nulidade do ato, visto que esse é o instrumento regulador da licitação.

*“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.  
(L.8.666/93)*

Desta forma, as especificações contidas no instrumento convocatório devem permanecer constantes durante todo o processo licitatório, porém, caso houver a necessidade de alguma alteração em seu conteúdo, este “[...] poderá ser corrigido a tempo através de aditamento ou expedição de um novo, sempre com republicação e reabertura de prazo, desde que a alteração afete a elaboração das propostas.” (MEIRELLES, 2015, p. 313).

Contudo, durante a sessão pública, a administração deve julgar documentos e proposta com base na lei e nas regras estipuladas no edital que a própria administração confeccionou.

No presente caso, evidente resta que foi observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao inabilitar as empresas recorrentes.

### **PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO.**

O julgamento objetivo é um dos princípios contidos no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93, mas também, é um dos requisitos elementares no julgamento das propostas, eis que, encontra-se expressamente disposto entre as normas de procedimento e julgamento, nos artigos 44 e 45 da Lei (BRASIL, 1993).

Conforme aduz Meirelles (2015), o julgamento objetivo é:

*[...] o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. É princípio de toda licitação que seu julgamento se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa a afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração, com o quê se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (art. 44 e 45). (MEIRELLES, 2015, p. 313).*

Deste modo, o julgamento das propostas ocorrerá, inicialmente, com base no tipo de licitação designada para reger o certame, ou seja, menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior lance ou oferta, posteriormente, *o julgador deverá seguir com o julgamento conforme os critérios previamente definidos pelo instrumento convocatório, sendo vedado qualquer julgamento sigiloso ou baseado em subjetivismo (NOHARA, 2017).*

Mello (2016) ressalta que:

*[...] a objetividade absoluta só se pode garantir previamente nos certames decididos unicamente pelo preço. Quando entram em causa qualidade, técnica, rendimento [...] nem sempre será possível atingir-se o ideal da objetividade extrema, pois, quando os bens ou serviços são fortemente aparentados nestes atributos, a primazia de um ou de outro depende de apreciações irreduzíveis a um plano excludente de opiniões pessoais. (MELLO, 2016, p. 557).*

Assim, pelo princípio do julgamento objetivo, para realizar o julgamento das propostas, bem como da documentação, o administrador deverá atender aos critérios objetivos previamente estabelecidos no ato convocatório. Isso visa impedir que a comissão de julgamento ou o responsável pela licitação, empregue critérios subjetivos diferente dos já contidos no instrumento de convocatório.

## **PRINCÍPIO DA ISONOMIA.**



De acordo com o art. 3º da Lei nº 8666/93, são princípios expressos da licitação: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Dentre eles, destaca-se o princípio da igualdade entre os licitantes, onde a Administração Pública deve conduzir a licitação de maneira impessoal, sem prejudicar nenhum licitante. Desde que preencham os requisitos exigidos, todos os que tiverem interesse em participar da disputa devem ser tratados com isonomia.

No § 1º, I, do art. 3º da lei de licitações encontra-se de forma implícita outro princípio da licitação, que é o da competitividade, decorrente do princípio da isonomia, segundo o qual é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório, devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia.

Assim, é obrigação da Administração Pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

Tratar os administrados de forma igualitária pressupõe não favorecer nem desfavorecer qualquer um deles. A Administração deve tratar a todos igualmente, impessoalmente, sempre visando à consecução do interesse público, restringindo-se à legalidade de seus atos, sejam eles vinculados ou discricionários.

*“Atuar discricionariamente não é ‘fazer o que se quer’, mas sim o que se mostra no caso concreto mais idôneo para atingir a finalidade (atendimento da necessidade coletiva)” (BLANCHET, 1999, p. 15).*

No presente caso, essa D. Comissão agiu em conformidade com tal preceito, pois é certo que as licitantes recorrentes não lograram em atender as exigências editalícias, não seria justo portanto que a empresa Recorrente, pudesse participar desse certame com a documentação incompleta, ou seja, sem atender as exigências do edital



**MILECOM**  
TELECOMUNICAÇÕES LTDA

## **DO PEDIDO**

É sabido que o Administrador tem o dever de seguir a lei buscando a transparência dos atos praticados e uma atuação contrária fere os princípios da legalidade, da isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, procedimento formal/formalismo. A presente manifestação faz uma contextualização fática com base nos procedimentos adotados no Processo Licitatório em sub exame, adotando como metodologia um paralelo com as disposições legais acerca do tema em questão.

Em face do exposto, e, com base nos argumentos invocados, legislações, posicionamento doutrinários e jurisprudências citados, REQUER na forma da Lei, o acolhimento e provimento da presente CONTRRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO, como consequência seja:

Declarado totalmente improcedente os Recursos Administrativos apresentados pelas empresas MAM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, HOPE SERVICE LTDA, dando prosseguimento ao certame, com a declaração das mesmas como inabilitadas.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Presidente Prudente, 07 de novembro de 2023.

**RAFAEL FLORIANO DE ALMEIDA**

**CPF/MF: 364.382.448-30**